

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1746/2024

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA A), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

1.1. O presente procedimento licitatório adota a modalidade de **Pregão**, utilizando-se o **critério de menor preço unitário**, visando à eventual contratação de empresa qualificada para alocação de veículo automotor. O objetivo principal desta contratação é a viabilidade de deslocamento das Secretarias Interessadas da entidade contratante. Tal processo será regido pelo **Sistema de Registro de Preços**, seguindo estritamente as condições e exigências estipuladas no instrumento convocatório.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A descrição detalhada dos itens a serem locados está devidamente registrada no ANEXO I deste instrumento, no qual oferece uma lista completa e minuciosa dos itens, contemplando todas as especificações técnicas para o pleno atendimento das demandas das Secretarias Interessadas.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art.84, parágrafo único da Lei 14.133/2021, podendo ser formalizado termo de contrato, caso a entrega seja realizada de forma parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO- ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA B), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

2.1. A presente contratação tem como base um estudo técnico preliminar elaborado para identificar e analisar as necessidades da entidade contratante, considerando minuciosamente as demandas específicas relacionadas à locomoção das Secretarias Interessadas. A análise desse estudo possibilitou a identificação dos problemas existentes na manutenção da locomoção para as rotinas administrativas e específicas de cada pasta, bem como a definição precisa dos serviços necessários para corrigir tais problemas e garantir a plena operacionalidade da máquina pública. Aspectos como a continuidade dos serviços ofertados, a manutenção dos automóveis e sua conformidade com as legislações pertinentes foram considerados durante esse processo.

2.2. Esta contratação se enquadra como um serviço comum, onde padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme o art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Além disso, trata-se de uma questão de interesse público que vai além da mera locação veicular. Essa iniciativa é crucial para aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população, agilizar processos e garantir um atendimento mais eficiente e satisfatório, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

2.4. A contratação está alinhada com o Plano Anual de Contratações submetida ao Processo Administrativo nº 6.987/2023, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Existe disponibilidade orçamentária para a realização do contrato, assegurando a conformidade com os parâmetros financeiros estabelecidos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA C), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

3.1. Os veículos locados deverão ser novos, zero quilômetro rodado, devendo ser substituídos em até 02 (dois) anos ou ao atingirem 200.000 (duzentos mil) km rodados;

3.2. Durante o processo de entrega dos automóveis, será realizada uma vistoria minuciosa do objeto na presença dos fiscais responsáveis. A vistoria abrange a verificação de possíveis danos externos, funcionamento dos equipamentos e acessórios, bem como a conferência da documentação necessária, como licenciamento e seguro. Com base nessa inspeção, será elaborado um relatório de entrega das chaves, que registra todas as observações e condições do veículo no momento da entrega.

3.3. Os veículos deverão manter as características e cor padrões de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro ou material de propaganda, exceto quando solicitado ou autorizado pela Contratante;

3.4. Os veículos locados, deverão ser equipados com rastreador GPS que permita: rastrear, bloquear, identificar o condutor, monitorar velocidade e itinerário, estabelecer cerca eletrônica para definir locais e horários que o veículo pode circular e gerar relatórios diários por placa e grupo de serviços, por inteira responsabilidade da Contratada sem qualquer ônus ao Município de São Pedro da Aldeia;

3.5. O referido rastreador deverá ser instalado em todos os veículos, conjuntamente ao controle de identificação do condutor, que deverá ser realizado através do cadastro em chip. Este cadastro será de responsabilidade da Contratada. Considera-se que para cada veículo locado sejam cadastrados ao menos dois motoristas por veículo;

3.6. Os registros emitidos pelo sistema de rastreamento deverão ser fornecidos ao gestor do Contrato.

3.7. A quantidade de utilização dos veículos acima será definida conforme as necessidades da Administração;

3.8. Os seguros, multas, impostos, entre outros incidentes sobre os veículos locados, acidentes ou roubo desses veículos, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, exceto aquelas advindas de infrações

de trânsito que correrão à conta da Prefeitura de São Pedro da Aldeia, cabendo a CONTRATANTE apurar a responsabilidade e tomar as medidas necessárias;

3.9. Será de inteira responsabilidade da CONTRATANTE todas as despesas dos veículos locados com franquias que se façam necessárias;

3.10. A partir da assinatura do Contrato, a Contratada deverá disponibilizar veículos com seguro, franquia reduzida, na modalidade Valor de Mercado (100% Tabela FIPE), com Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo – RCFV no valor de, no mínimo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Danos Materiais, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para Danos Corporais e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para Danos Morais para as demais coberturas.

3.11. A cobertura do seguro deverá contemplar: furto, roubo, incêndio, colisão, explosão, queda de objeto sobre o automóvel, desastres naturais, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais a terceiros, a seus bens e aos demais ocupantes do veículo, bem como os casos de responsabilidade civil decorrente de danos morais.

3.12. A cobertura do seguro deverá contemplar, ainda:

- a) acessórios referentes a imagem e som;
- b) opcionais não originais de fábrica;
- c) blindagem;
- d) carro reserva;
- e) danos aos vidros (básica, blindados e top plus);
- f) reboque de veículos;
- g) extensão da garantia de reposição pelo valor de novo para Veículo 0km por 180 dias em caso de incêndio, roubo ou furto;
- h) extensão da garantia de reposição pelo valor de novo para Veículo 0km por 12 (doze) meses no caso de colisão;
- i) indenização por imobilização do veículo segurado e do terceiro eventualmente atingido;
- j) indenização por perda de faturamento;
- k) reembolso de despesas extras;
- l) reposição de indumentária de proteção.

3.13. Nos casos de acidentes automobilístico, incidentes, sinistros de modo geral, crimes patrimoniais, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos aos veículos locados, por culpa ou não Município de

São Pedro da Aldeia/RJ, o Contratante se limitará a providenciar a comunicação da Ocorrência junto ao órgão competente.

3.14. A remoção, despesa com guinchos, franquias de seguro e outras despesas relativas aos veículos sinistrados serão de inteira responsabilidade da Contratada.

3.15. Além disso, a empresa contratada deverá apresentar os comprovantes de pagamento dos impostos devidos, como IPVA, DPVAT e CRLVs dos veículos, em nome de sua razão social, juntamente com os seguros.

3.16. Deve-se observar um prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas para comunicar à Administração a intenção de substituir definitivamente qualquer veículo, permitindo tempo hábil para inspeção e aprovação do veículo substituído.

3.17. Os veículos utilizados em substituições devem atender às mesmas especificações e estar nas mesmas condições técnicas dos veículos substituídos.

3.18. A Contratada deve cumprir rigorosamente as normas e determinações estabelecidas pelos órgãos de trânsito do Município, como DETRAN, SMTR, DETRO, entre outros, assim como pela legislação em vigor, no que se refere ao exercício das atividades contratadas.

3.19. A Contratada assume as despesas decorrentes de multas e infrações de trânsito durante a locação dos veículos, quando estes estiverem sob sua responsabilidade pelo Serviço de Condução de Veículos.

3.20. É de responsabilidade da Contratada realizar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos locados, mantendo-os em perfeito estado de uso e conservação, assegurando conforto e segurança aos passageiros, independentemente da fiscalização realizada pela pasta requisitante.

3.21. Caso sejam constatadas deficiências que prejudiquem o desempenho do veículo, por desgaste natural, a Contratada deverá sanar tais deficiências no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

3.22. Qualquer veículo locado recolhido para reparos ou manutenção deverá ser substituído por outro da mesma categoria após 06 (seis) horas, caso não seja concluído dentro deste prazo;

3.23. Estão incluídos na manutenção a substituição dos pneus, conforme instruções do fabricante, ou desgaste natural. Não estão inclusos reparos com estouros/furos de pneus por má utilização, desde que não esteja sendo aplicado o Serviço de Condução de Veículos;

3.24. Não será permitida a utilização de pneus recauchutados nos veículos locados;

3.25. Os veículos deverão ser mantidos em bom estado de conservação e funcionamento, com a regulação dos motores dentro dos padrões de fábrica, equipados com os acessórios (ex: paletas), sobressalentes, ferramentas convencionadas e os especificados em contrato;

3.26. Em caso de quebra de veículo durante o trajeto, a Contratada deverá tomar as providências necessárias para a substituição do mesmo dentro do perímetro do Estado do Rio de Janeiro;

3.27. A Contratada deverá providenciar a remoção dos veículos que apresentarem problemas de funcionamento que impeçam seu uso e seu conserto no local;

3.28. Excepcionalmente, a fim de evitar atrasos e/ou prejuízos à Administração, poderá ser admitido veículo diferente daquele removido, no entanto, aquele deverá ser dotado de todos os acessórios deste.

3.29. A Contratada deverá manter os veículos com todos os acessórios de segurança exigidos por lei, bem como os solicitados neste.

3.30. Compete à Contratada manter os veículos segurados com cobertura total (patrimônio, condutor, passageiros e terceiros) no período de execução dos serviços, ficando a Contratada responsável pelo pagamento de franquias.

3.31. A Contratada deverá, no ato de entrega do veículo constante do item 4:

3.31.1. Certificação de Registro (CR) de blindagem nível 3A, referente à empresa responsável pela blindagem do veículo locado, emitida pelo Exército Brasileiro, de acordo com artigo 7º, capítulo IV da Portaria 013-D Log de 19 de agosto de 2002 - Aprova as Normas Reguladoras dos Procedimentos para a Blindagem de Veículos e demais Atividades Relacionadas com Veículos Blindados;

3.31.2. Projeto de engenharia da blindagem dos veículos, objeto desta licitação, assinado por engenheiro devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA), detalhando as intervenções realizadas nos veículos, elaborado pela empresa blindadora;

3.31.3. Termo de Responsabilidade pelo serviço de blindagem prestado e materiais utilizados na execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente, expedido pela empresa blindadora;

3.31.4. Comprovante de registro junto ao CREA da empresa responsável pela blindagem.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA D), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

Do Registro de Preços

4.1. A Ata de Registro de preços poderá ser usada por todos órgãos da administração pública, desde que autorizado expressamente pelo órgão gerenciador, observando o disposto no decreto que Regulamenta o Registro de Preços.

Da Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Apenas é necessário que os serviços incluídos nesta licitação estejam claramente detalhados no relatório de entrega das chaves e nos relatórios mensais. Adicionalmente, os veículos devem estar segurados com cobertura total para patrimônio, condutor, passageiros e terceiros durante a vigência dos serviços, sendo que a Contratada será responsável pelo pagamento das franquias.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA E), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

5.1. Para início da prestação de serviço do objeto em tela será formalizada Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, empresa considerada vencedora.

5.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços o prazo de vigência do contrato será estabelecido no momento de solicitação de contratação da empresa vencedora do certame.

5.3. A entrega do objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para os veículos constantes dos itens 1, 2 e 3, prorrogáveis por até 15 (quinze) dias mediante solicitação e justificativa apresentada pela contratada, e de 60 (sessenta) dias para o item 4, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias mediante solicitação e justificativa apresentada pela contratada, a contar da data do recebimento da Ordem de Início, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa parcelada.

5.4. A(s) entrega(s) devese (ão) ser realizada(s) no(s) endereço(s) indicados pelo setor solicitante, de acordo com horários, dias e locais especificados pela Entidade Requisitante, no(s) endereço(s) relacionado(s).

5.5. Endereços:

Secretaria	Local
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Trabalho;	Coordenadoria Geral de Frota, situada na Rua Francisco Coelho Pereira, nº 265, Centro, CEP: 28941-068, São Pedro da
Secretaria Municipal de Administração;	
Secretaria Municipal de Governo;	
Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;	
Secretaria Municipal de Serviços Públicos;	

Controladoria Geral do Município;	Aldeia/RJ, de segunda à sexta feira, das 8h às 17h
Procuradoria Geral do Município;	
Secretaria Municipal de Turismo;	
Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública;	
Secretaria Municipal do Meio Ambiente;	
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;	
Secretaria Municipal de Fazenda;	
Secretaria Municipal de Assistência Social;	End.: Rua Hermógenes Freire da Costa, nº 19, Centro, São Pedro da Aldeia- de segunda à sexta feira, das 8h às 17h
Secretaria Municipal de Educação;	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) localizada à Rua Doze de Outubro nº 203, bairro Estação – São Pedro da Aldeia/RJ no horário de 09:30 à 12h e 13:30 à 16:30.

5.6. Caso não seja possível início na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do automóvel.

5.8. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia,

alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA F), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Da Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA G), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

Recebimento do Objeto

7.1. Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, podendo ser substituídos imediatamente às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades, mesmo antes do recebimento provisório.

7.2. O recebimento definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a verificação da qualidade e do material e sua aceitação mediante termo detalhado.

7.3. Excepcionalmente, o prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, devidamente justificado, por igual período, quando necessárias diligências para aferir o cumprimento das exigências contratuais.

7.4. Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução de inconsistências na execução do objeto ou saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração, não será considerado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7. A aplicação de glosas não prejudica a aplicação de outras penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, conforme previsto em lei.

Do Faturamento

7.8. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

7.9. Mensalmente, a Contratada deverá emitir relatórios de todos os veículos utilizados no período, entregando-os juntamente com a fatura mensal. Ademais, a Secretaria Contratante reserva-se o direito de solicitar, a qualquer momento, os relatórios para fins de fiscalização e controle.

7.10. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.11. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.12. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.13. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

Do Pagamento

7.14. O prazo de pagamento, não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles, necessariamente o fiscal do contrato.

7.15. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

7.16. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA H), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

8.1. O fornecedor deverá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento PELO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

Da Qualificação Técnica

8.2. Para fins de execução plena do objeto requerido, será necessário que a empresa participante tenha qualificação técnica para tal de acordo com as descrições a seguir:

8.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA I), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

9.1. De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de **R\$ 2.196.913,56** (*dois milhões, centos e noventa e seis mil, novecentos e treze reais e cinquenta e seis centavos*), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

9.2. A técnica quantitativa que originou o valor da contratação encontra-se no ANEXO II;

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA J), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

10.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

<u>Secretaria</u>	<u>Programa de Trabalho</u>	<u>Elemento de Despesa</u>	<u>Ficha</u>
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Trabalho;	20.122.0001.2.252	3.3.90.39.74.00	608
Secretaria Municipal de Administração;	04.122.0001.2.006	3.3.90.39.74.00	55
Secretaria Municipal de Governo;		3.3.90.39.99.00	162
Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;	15.451.001.2.515	3.3.90.39.74.00	463
Secretaria Municipal de Serviços Públicos;	15.452.001.2.110	3.3.90.39.74.00	687
	17.512.037.2.128	3.3.90.39.74.00	719
	15.541.041.2.125	3.3.90.39.74.00	714
Controladoria Geral do Município;		3.3.90.39.74.00	129
Procuradoria Geral do Município;			95
			104
Secretaria Municipal de Turismo;	04.695.001.2.511	3.3.90.39.99.00	316
Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública;	06.122.001.2.504	3.3.90.39.74.00	
Secretaria Municipal do Meio Ambiente;		3.3.90.39.74.00	1922
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;	27.122.001.2.493	3.3.90.39.74.00	199
Secretaria Municipal de Fazenda;		3.3.90.39.74.00	757
Secretaria Municipal de Assistência Social;	08.244.047.2.177	3.3.90.39.74.00	1660
	08.244.048.2.259	3.3.90.39.00.00	1660
Secretaria Municipal de Educação;	12.361.030.2.062	3.3.90.39.74.00	1428

São Pedro da Aldeia, 04 de julho de 2024.

11. DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

Elaboração e Aprovação	
Controladoria Geral do Município;	
Elaborador/Matrícula	Vivian Machado Neve Subcontroladora Mat. 37905
Secretário(a)/Matrícula	Al Prudente Pete Jan on Sol
Procuradoria Geral do Município;	
Elaborador/Matrícula	Adriana A. Quahiba Procuradora Geral Mat. 37356
Secretário(a)/Matrícula	PETER CHARLES SARAIVA Procurador Geral do Município Mat. 37356
Secretaria Municipal de Administração;	
Elaborador/Matrícula	Conceição - 37-873
Secretário(a)/Matrícula	Roberta M. Viana Roberta Magalhães C. Pereira Secretaria Municipal de Administração Mat. 37356 - PMSPA
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Trabalho;	
Elaborador/Matrícula	Priscila de Souza Matr. 37977 - PMSPA
Secretário(a)/Matrícula	Luiz Roberto de Souza Secretário Municipal Matr. 37866 - PMSPA
Secretaria Municipal de Assistência Social;	
Elaborador/Matrícula	Katla Aparecida A. das Diretora Adm. SASDH/PMSPA Mat.. 38089
Secretário(a)/Matrícula	Aline Mendes Rosa Secretaria de Assistência Social Diretora Municipal de SASDH Mat. 38089 / Portaria 281
Secretaria Municipal de Educação;	
Elaborador/Matrícula	Carina Ferreira da Luz - 40862
Secretário(a)/Matrícula	Danielle Correa Monteiro Felix Secretaria Municipal de Educação Mat. 7560-PMSPA
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;	

Elaborador/Matrícula	<i>[Assinatura]</i>
Secretário(a)/Matrícula	<i>Jordane Neto - 39523</i>
Secretaria Municipal de Fazenda;	
Elaborador/Matrícula	<i>Matheus da Silva Silva - MAT. 37947</i>
Secretário(a)/Matrícula	Renaldo Martins Barreto Secretário Municipal de Fazenda Matrícula 37851
Secretaria Municipal de Governo;	
Elaborador/Matrícula	Ítalo Pereira Pedrosa Assessor Especial III Mat. 38.018 - PMSPA
Secretário(a)/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> Luiz Fernando Gomes Junior Secretário Municipal de Governo Mat. 37.857 - PMSPA
Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;	
Elaborador/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> Caroline Cardozo F. Santos Assessor Adjunto Mat. 38126
Secretário(a)/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> 37824
Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública;	
Elaborador/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> Sulamita S. Brito - 30750
Secretário(a)/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> 38310 Diego Alves do Amaral SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA
Secretaria Municipal de Serviços Públicos;	
Elaborador/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> Verônica Antunes Barros 10446
Secretário(a)/Matrícula	<i>[Assinatura]</i>
Secretaria Municipal de Turismo;	
Elaborador/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> Maria Cristina da Silva Assessora Administrativa Mat. 37981
Secretário(a)/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> Cláudia Tinoco SECRETÁRIA DE TURISMO E EVENTOS Matr.: 41377
Secretaria Municipal do Meio Ambiente;	
Elaborador/Matrícula	<i>[Assinatura]</i> Natalia Carneiro de Almeida 30252.